

Quinta-feira, 16 de Março de 2006 - Estrasburgo

Impunidade em África, em especial o caso Hissène Habré (debate)

Ana Maria Gomes (PSE), Autora . - Senhor Presidente, estamos consternados na Europa por as vítimas sobreviventes do genocídio orquestrado por Slobodan Milosevic não o poderem ver sentenciado em Haia.

Em África, as vítimas de governantes violadores dos direitos humanos e de criminosos de guerra também têm direito à justiça e clamam justiça. Chamam-se eles: Hissène Habré, Charles Taylor, Mengistu Haile Mariam ou Robert Mugabe.

Há dias, na Comissão dos Direitos Humanos deste Parlamento, ouvimos uma advogada do Chade sublinhá-lo relativamente ao ditador Hissène Habré, refugiado no Senegal há anos. Esta advogada apoiou a sua extradição para a Bélgica, onde um tribunal o requer a pedido das vítimas. Também explicou que a extradição é necessária porque no quadro da União Africana não há ainda, infelizmente, mecanismos, nem sobretudo vontade política, para julgar este criminoso responsável pelo assassinato político de mais de 40 mil dos seus compatriotas e pela tortura e prisão de muitos mais. Além disso, explicou que a remissão das autoridades senegalesas para a União Africana se destinava não a contribuir para que se fizesse justiça, preservando a dignidade africana, mas sim, impedir a justiça e, assim, ofender ainda mais a dignidade das vítimas que exigem o julgamento de Hissène Habré.

Senhor Presidente, Senhora Comissária, estive recentemente no Senegal onde falei com activistas dos direitos humanos, parlamentares senegaleses e jornalistas. Todos, infelizmente, confirmaram-me a mesma percepção: a União Europeia tem responsabilidades em África e é por isso que hoje aprovámos esta resolução, para que os governantes portugueses influenciem e peçam que não continue a impunidade de todos estes criminosos em África.